

UNIVERSIDADE ABERTA

**FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(FCT)**

**CENTRO DE ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES
E RELAÇÕES INTERCULTURAIS
(CEMRI)**

Congresso Internacional

**SOLIDARIEDADE
INTERGERACIONAL**

Organizadora: Prof.^a Doutora Raquel Reis

Fundação Calouste Gulbenkian
Lisboa, 12 a 15 de Janeiro de 2005

Autor: Raquel Reis

Capa: Francisco Telecheia

ISBN: 978-972-674-529-7

Depósito Legal: 273061/08

Paginação, Impressão e Acabamento:
Gráfica Europam, Lda. – Mem Martins

Família, Cultura e Relações Intergeracionais

Natália Ramos

Resumo: *Nas famílias multigeracionais de hoje, entrecruzam-se gerações e culturas, espaços e tempos, memórias e identidades, conflitos e rupturas e múltiplas formas de solidariedade e altruísmo. A solidariedade social e familiar intergeracional e a qualidade das relações entre as gerações constituem elementos promotores de resiliência, bem-estar e qualidade de vida individual e familiar e contribuem para a produção de novas relações e formas de solidariedade intergeracional.*

Palavras-Chave: *Família; Cultura; Relações intergeracionais; Solidariedade intergeracional; Cuidados familiares.*

INTRODUÇÃO

Nos diferentes contextos sociais e culturais, a família, através dos seus membros e das diferentes gerações, proporciona suportes básicos afectivos, psicológicos e materiais indispensáveis ao desenvolvimento integral e ao bem-estar multidimensional dos seus membros, constituindo espaço social, relacional e educativo por excelência. No espaço familiar, constroem-se laços de solidariedade e identidades, tecem-se vínculos e relações privilegiadas, desenvolvem-se competências emocionais e sociais e transmitem-se, através das gerações, representações e valores morais, humanitários, educativos e culturais.

Nas famílias plurais, multigeracionais e multiculturais da sociedade contemporânea, entrelaçam-se o passado, o presente e o futuro, experiências e saberes, culturas e identidades, rupturas e violência, mas, também, diversas formas de altruísmo e solidariedade e múltiplas transformações.

As diversas mudanças sociais, culturais e laborais, o aumento da esperança e qualidade de vida e as novas configurações familiares têm conduzido a uma verticalização das famílias, a um alargamento

das gerações, a uma complexificação das relações familiares e intergeracionais e a novos papéis e identidades no seio das famílias. No entanto, apesar das grandes mudanças e da diversidade e complexidade das relações entre as gerações, estas relações mantêm-se fortes.

A solidariedade social e familiar intergeracional e a qualidade dos vínculos afectivos, relacionais e comunicacionais entre as gerações, favorecem o sentimento de segurança e de pertença, a saúde e a qualidade de vida individual e familiar, contribuem para a produção de novas relações, papéis e representações, reforçam a coesão e integração do grupo e promovem diferentes formas de solidariedade intergeracional.

A família desempenha uma função importante na transmissão junto dos indivíduos e através das gerações dos valores de solidariedade familiar, social e intergeracional. Todavia, estes valores e obrigações ultrapassam as próprias famílias.

IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA E OS NOVOS PAPÉIS E RELAÇÕES FAMILIARES

Nas sociedades ocidentais actuais, muito embora a grande mobilidade familiar e a pluralidade de configurações familiares, apesar das mudanças bruscas e profundas dos comportamentos familiares e das limitações espaciais e temporais, existe uma rede importante de relações e solidariedade entre as gerações, continuando a família a constituir um espaço e valor fundamentais na organização psíquica e cultural do ser humano.

A família desenvolve no seu seio um sistema psíquico e relacional complexo, que dá aos seus membros o sentimento de pertença a um *nós*, um *nós* profundamente gravado no psiquismo de cada um, constituindo uma primeira vinculação importante sobre a qual se estrutura o desenvolvimento individual.

A qualidade das interações no seio da família e entre as gerações constituem bases para a saúde mental e somática da criança e do adulto, para a transmissão e aceitação de valores, regras e obrigações, para a inserção social e profissional e para a vivência harmoniosa na família e na sociedade.

Em França, uma investigação alargada junto de jovens dos 15 aos 29 anos salientou que para 87% dos jovens franceses interrogados, a família constitui o valor e espaço principal para o desenvolvimento integral e equilíbrio psicológico dos indivíduos, devendo permanecer a célula base da sociedade (Langouet, 1998).

Também estudos comparativos europeus de 2002, sobre valores na Europa, incluindo Portugal, concluem que a família continua a constituir a dimensão com maior importância na vida das mulheres e homens inquiridos, comparativamente a outros factores, nomeadamente, o trabalho, os amigos, os conhecidos e a religião.

Numerosas investigações realizadas em contextos europeus e norte-americanos têm evidenciado a importância das relações e experiências familiares e afectivas, sobretudo na infância, na saúde e na adaptação social futura dos adultos, salientando, igualmente, as consequências nefastas das carências afectivas e dos conflitos e rupturas na família para a saúde psíquica e física e para a inserção escolar, social e profissional dos indivíduos (Bourguignon *et al.* 1985, Rutter, 1987, Amato *et al.* 1991, Ramos, 1993, 2002, 2004, 2005, Menahem, 1994, Kot *et al.* 1999, Marpsat *et al.* 2000).

Os indivíduos, em particular as crianças, que crescem em famílias que proporcionam segurança e afecto aprendem a melhor gerir as emoções e afectos, as separações e a fazer face aos problemas quotidianos. Um contexto familiar difícil, com carências, violência e rupturas, pode influenciar o desenvolvimento, a integração e as condições de passagem à idade adulta da criança e do adolescente. Por exemplo, uma investigação do INED (1998), em França, junto de 461 jovens com idades entre os 16 e os 24 anos, sem domicílio fixo e vivendo em situação precária, registou que a exclusão destes jovens tinha na origem um passado familiar problemático (Marpsat *et al.* 2000).

Um estudo de grandes dimensões, realizado em França pelo INSEE e coordenado por Menahem (1994), junto de 13.154 indivíduos, concluiu que os acontecimentos e situações de risco, antes dos 18 anos, mais associados a dificuldades sociais e a problemas de saúde futura são problemas familiares e afectivos, nomeadamente: carências afectivas na família; disputas e conflitos familiares; ausência dos pais, durante pelo menos um ano; doença ou deficiência grave da mãe ou do pai.

A investigação revelou ainda que o facto de haver, pelo menos, um problema afectivo familiar duradouro durante a infância está associado a uma maior vulnerabilidade social e psicológica futura, tendo registado em relação a este grupo, comparativamente ao grupo que não teve estes problemas familiares, algumas consequências, tais como: mais empregos instáveis; mais acidentes domésticos; mais acidentes de automóvel; mais acidentes de trabalho; mais períodos de desemprego; maior consumo de álcool e de tabaco; menos consultas de saúde preventivas; menos consultas médicas para determinado número de doenças.

Deste estudo, conclui-se que a experiência e recordação das carências, sofrimento e traumatismos familiares conduzem o indivíduo a diminuir as capacidades de investimento, a privilegiar as satisfações imediatas, a relativizar a importância da prevenção e das consequências futuras da tomada de riscos, a descuidar a atenção sobre a sua saúde e as consultas médicas, o que contribui para uma deterioração da sua saúde e da sua situação social.

Na actualidade, nomeadamente em Portugal, o aumento da esperança de vida, o declínio da mortalidade e da natalidade, o envelhecimento da população, o aumento das migrações internas e externas, a melhoria da qualidade de vida e dos cuidados médico-sociais, as novas configurações familiares, as diversas transformações sociais, culturais e laborais (por exemplo, ao nível dos valores e comportamentos familiares, dos papéis de género, da entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, do prolongamento da escolaridade, das dificuldades dos jovens no mercado de trabalho) têm conduzido a: uma verticalização das famílias; um alargamento das gerações; um aumento do número de idosos; uma maior complexidade das relações familiares e intergeracionais; readaptações individuais e familiares; novos papéis, identidades e solidariedades no seio das famílias (Singley, 1993, Segalen, 1996, Attias-Donfut, 1995, 1998).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existem hoje no mundo 580 milhões de idosos, dos quais 61% vivem em países desenvolvidos.

Na União Europeia, devido, sobretudo, à diminuição da natalidade e ao aumento da esperança de vida, o século XXI será o século dos idosos, o século onde predominarão as gerações mais velhas.

Em Portugal, alguns dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2001) dão-nos conta de algumas evoluções sociais e familiares, nomeadamente:

- o número de jovens com menos de 15 anos diminuiu 17% no período entre 1991 e 2001 e o número de idosos aumentou 26% neste mesmo período;
- em 2001, para cada 100 jovens com menos de 15 anos havia 102 idosos;
- 15% das famílias eram em 2001 constituídas por várias gerações (avós, pais e netos) e 17,4 % só por idosos;
- é no Alentejo (com 26,6%) e na região centro interior (com 21,7%) que encontramos a maior proporção de famílias constituídas só por idosos;

- pertencem às Regiões Autónomas, as maiores proporções de famílias com idosos e outras gerações, na Madeira (20,5%) e nos Açores (18,2%);
- na região de Lisboa e Vale do Tejo há 36,7 % de pessoas com 65 anos ou mais a viverem sós;
- em 2001, 0,9% de núcleos familiares eram constituídos por avós e netos.

A população idosa residente em Portugal tem aumentado, sendo estimada actualmente em 1.709.099 pessoas, representando perto de 16,5% da população total. As gerações são portadoras de memória familiar e colectiva, de discursos e representações, participando na perpetuação de valores e na construção de novas identidades e trajectórias individuais e grupais. As gerações oferecem ao indivíduo um meio de estruturação do tempo social, pela distinção do passado, do presente e do futuro.

O alargamento da pirâmide geracional na família, a coexistência de três, quatro ou mais gerações, são factores de enriquecimento, pela possibilidade do aumento da convivência e das trocas entre as gerações ao nível afectivo, relacional e cultural e ao nível das experiências e saberes; é factor de apoio e solidariedade pela oportunidade do aumento de trocas ao nível de actividades, serviços e bens entre as diferentes gerações e aumento dos papéis familiares, nomeadamente de pais e avós, podendo alguns indivíduos, sobretudo as mulheres, serem avós mais de metade das suas vidas (Castellan, 1998, Attias - Donfut e Segalen, 1998). Contudo, este alargamento geracional pode comportar alguns conflitos, ansiedade e stresse, pela necessidade das diversas readaptações a realizar pelos diferentes elementos da família e núcleos familiares e pelo confronto de valores e culturas.

Existe todo um conjunto de factores que vão influenciar o relacionamento e a entrelaçada entre as várias gerações e as diferentes formas de desempenhar os papéis de pais, avós e filhos, nomeadamente: a qualidade das relações entre as gerações; as condições socio-económicas; as particularidades e micro culturas familiares; a idade, personalidade e estado de saúde; os locais de residência de avós, pais e netos; a forma como as famílias, principalmente os pais, estruturam o tempo das crianças; os valores culturais; as políticas sociais.

A protecção social, baseada no princípio da repartição, simboliza e coloca em acção um modelo de solidariedade entre as gerações que se impõe a todos e pode orientar as formas de solidariedade nas famílias.

Vários estudos europeus mostram que o suporte fornecido pela família é também função das políticas sociais e que as prestações sociais não originam uma desresponsabilização das famílias. Pelo contrário, originam uma sinergia entre as ajudas privadas e públicas. Deste modo, as solidariedades familiares surgem mais activas nas sociedades em que a protecção social é maior (por exemplo, na França e nos países da Europa do Norte) e estas solidariedades familiares têm dificuldade em resolver as situações difíceis, no caso da falta de ajuda pública, mesmo nas culturas mediterrânicas, nomeadamente na Europa do Sul, onde as tradições familiares e os valores de entreajuda são fortes e onde a família é tradicionalmente considerada o centro da responsabilidade colectiva de cuidados (Attias-Donfut *et al.*, 1997).

As macro-culturas e as micro-culturas familiares, em permanente interacção de ideias, concepções, valores e ideologias vão participar nos processos de transformação dos valores familiares e nas formas de solidariedade na família e na sociedade.

Vários estudos salientam que nas diferentes culturas, os valores da solidariedade familiar variam em função do nível mais ou menos elevado da cultura individualista ou colectivista, mas, também, segundo as prioridades dadas aos descendentes ou ascendentes. Assim, nas culturas asiáticas e africanas onde há uma forte tradição do respeito e poder exercido pelos mais velhos, é acentuado o que Hagestad (2002) chama de «*dedicação filial*». Por seu lado, nos países nórdicos, centrados fortemente nas relações com os filhos, nas crianças, este autor fala de «*dedicação parental*».

Um estudo comparativo europeu sobre os valores familiares salienta alguns contrastes entre os países nórdicos e os países mediterrânicos. Por exemplo, os noruegueses são, entre os povos europeus, os mais centrados nas crianças: 73% defendem que os pais devem fazer o mais possível pelos filhos, enquanto que 45% defendem a ideia de que os filhos devem respeitar os pais. Nos países do Sul da Europa, tal como em Itália e Espanha, são um pouco mais numerosos os que defendem o respeito pelos pais, pelos mais velhos (84%), do que a dedicação aos filhos (79%) (Hagestad, 2002).

Por seu lado, os franceses situam-se numa posição intermédia, cultivando, ao mesmo tempo, o respeito filial e a dedicação aos filhos. Contudo, estão um pouco mais orientados para os filhos (75%), do que para os pais (71%) (Bréchon, 2000).

Apesar do aumento das separações, dos divórcios e trabalho feminino, das exigências laborais, da distância e mobilidade geográfica das famílias, da valorização dos valores individualistas acentuando

a independência e a autonomia, os quais podem dificultar os papéis e as relações intergeracionais e contribuir para o aumento de idosos que vivem sozinhos, estes factores não eliminaram as solidariedades familiares intergeracionais, nomeadamente, nos cuidados às crianças ou aos idosos, no apoio na doença ou em momentos de crise ou mudança (divórcio, desemprego, migração, maternidade/paternidade na adolescência), não eliminaram o «*altruísmo participativo*» (Moscovici, 2001).

As relações entre as diferentes gerações na família, entre avós, pais e netos, continuam sólidas, registando-se hoje novas alianças e redes de apoio entre as gerações (Attias-Donfut e Segalen, 1998, Belsky, 2001, Bengtson *et al.* 2003, Litwak *et al.* 2003). A família não perdeu a sua função enquanto rede social e encontrou outras formas de parceria com outras redes formais, sendo duas das suas principais funções, a socialização das crianças e o apoio aos adultos, partilhadas com algumas redes formais.

A FAMÍLIA NOS CUIDADOS ÀS CRIANÇAS E AOS IDOSOS

Apesar de uma transferência progressiva de funções, consideradas exclusivas da família, para outros agentes sociais, na União Europeia, como nos EUA, a maioria dos cuidados prestados aos indivíduos são efectuados por familiares, continuando a família a representar o lugar privilegiado de desenvolvimento, socialização, cuidados, protecção e solidariedade (Lesemann *et al.* 1993, Ramos, 1993, 2004, Kellerhals *et al.* 1994, Salyage, 1996, Attias-Donfut, 1995, 1998, Barber, 1999, Moreira, 2001).

Em Portugal, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), referentes ao «Inquérito à Ocupação do Tempo – 1999», revelam que as famílias representam a principal fonte de prestação de cuidados às crianças e aos adultos, ou seja, cuidados básicos, cuidados por motivo de doença, idade ou deficiência e que a maior parte desses cuidados é assegurada pelas mulheres. Esta predominância do cuidar no feminino na família, desde o início da humanidade e desde o nascimento até à morte, é confirmada por investigações realizadas em diferentes contextos sócio-culturais (Lesemann, 1993, Kellerhals *et al.*, 1994, Attias-Donfut, 1995, 1998, Salvage, 1996, Bloch, 1998, Collière, 1999, Moreira, 2001, O'Shea, 2002, Perista, 2002).

Nas novas alianças e nas práticas de solidariedade familiar intergeracional que continuam activas, contrariamente à crença generalizada da sua perda, salientamos o *papel dos avós* na guarda e nos cuidados à criança e os *cuidados ao idoso* na família.

O papel e o poder dos avós está hoje reforçado na família, na legislação e na sociedade, nomeadamente na sociedade portuguesa, tendo-se mesmo instituído em Portugal o dia 26 de Julho, como o Dia dos Avós, este dia é o dia consagrado a Santa Ana, padroeira dos avós.

As relações entre avós e netos são hoje mais individualizadas, mais abertas e mais alargadas no tempo. A maioria das crianças e jovens têm a oportunidade de nascer e viver mais tempo com os quatro avós vivos, de conviver com avós mais saudáveis, mais instruídos, que vivem mais tempo, que têm, em geral, mais poder económico (usufruem de reformas, por vezes confortáveis, e do apoio do Estado, sendo uma parte destes bens utilizada para ajuda material aos filhos e netos) e, ainda, de beneficiar de um apoio mais individualizado dos avós, já que, nascendo menos crianças, os avós têm menos netos para cuidar ou apoiar (Attias-Donfut e Segalen, 1998).

Importa acentuar que os avós de hoje constituem, em geral, os jovens dos anos sessenta e setenta que lutaram pela liberdade e autonomia, por novas formas de relacionamento entre os sexos e na família, por novos valores e papéis sociais, estando, em geral, mais próximos dos filhos do que dos seus próprios pais, o que poderá contribuir para a fortificação de laços com as novas gerações, com as crianças e os jovens, com os filhos e netos.

Um estudo de Wolff (1998), na Alemanha, salienta que a guarda dos netos pelos avós origina múltiplas formas de reciprocidade entre as três gerações: os netos vão manter uma relação privilegiada e duradoura com o avô que se ocupou deles; os pais, cujos filhos foram cuidados pelos avós, manterão relações mais estreitas com estes quando forem mais idosos, fazendo-lhes, em média, dez visitas anuais suplementares.

Na cultura popular portuguesa, ser avó e avô é ser mãe e pai duas vezes.

Ser avô proporciona novos papéis, novas interações, dá um sentido à vida e um desejo de continuidade. Junto dos netos os avós têm uma influência directa e, enquanto pais dos pais dos netos, têm uma influência importante nas atitudes e comportamentos educativos dos seus filhos, agora pais e educadores. Numerosas investigações, em diferentes contextos sociais e culturais, confirmam a importância da transmissão intergeracional das práticas educativas, mostrando que o tipo de educação e de cuidados de que os pais foram objecto na infância influencia a forma como cuidam e educam os seus próprios filhos (Kivnick, 1982, Ramos, 1990, 1993, 1995, 2001, 2002, 2003, 2004, Kornhaber, 1996, Castellan, 1998).

Os avós constituem um apoio emocional, educativo e instrumental importante para os netos e pais, assumindo hoje o seu papel de múltiplas formas, certamente diferenciadas das de outrora, estando este papel dependente de vários condicionalismos e motivações, nomeadamente, distanciação geográfica, existência ou não de apoios externos à família, qualidade e quantidade das relações e contactos entre os avós e os pais da criança e necessidades identitárias. Deste modo, o papel dos avós pode assumir grande variabilidade, desde uma quase ausência, ao cuidado ocasional ou nas férias ou, ainda, aos cuidados e participação educativa frequentes, em substituição, mais ou menos completa, dos pais ausentes (Attias-Donfut e Segalen, 1998). Todavia, ainda que tendo um papel muito importante junto dos netos e de constituírem uma alternativa no cuidar dos netos e um recurso valioso no suporte/apoio aos pais, os avós não podem substituir-se aos pais, excepto nas situações em que tal é obrigatoriamente necessário.

Em situações de crise ou dramáticas, como a morte dos pais, uma doença grave, problemas de toxicomania ou de alcoolismo, os avós podem tomar o lugar dos pais e ver ser-lhes confiada a responsabilidade dos netos. Se para alguns avós a experiência de participar na vida activa da criança é vivenciada de forma positiva, para outros esta situação é difícil e geradora de stress. Alguns estudos assinalam que os avós que têm a seu cargo a responsabilidade dos netos, sobretudo os que vivem em situação de precaridade, estão mais sujeitos à doença, à fadiga e à depressão do que as outras pessoas da sua idade (Rosenthal et al. 2000).

Kivnick (1982) salienta algumas funções afectivas e educativas dos avós, como sejam: assegurar a continuidade e os laços de filiação, transmitir conhecimentos, acarinhando a criança e promover o seu desenvolvimento, favorecer a manutenção e transmissão das tradições e valores familiares e educativos.

Estudos evidenciam que as crianças que têm contactos regulares desde pequenas com os avós, têm menos preconceitos contra as pessoas idosas e com deficiências (Rosenthal et al. 2000).

Um estudo realizado pela Direcção Geral da Família (1993) concluía que, em Portugal, 25,5% das crianças com menos de seis anos ficava com uma avó enquanto os pais trabalhavam. Estas redes de apoio familiar diminuem em meio urbano, devido à distância geográfica das famílias e ao recurso a outros apoios, tais como creches e amas (Ramos, 1990, 1993).

Também em França, um estudo de Attias-Donfut e Segalen (1998) mostra como os avós estão fortemente implicados na guarda e nos cuidados dos netos, sendo que: 85% das avós, contra 75% dos avôs,

forneçam estes serviços ocasionalmente ou durante as férias; 38% das avós e 26% dos avós asseguram uma guarda semanal.

Os avós impregnam a história e o imaginário familiar, muito em particular, o imaginário infantil, como ilustra este extracto da autoria de uma criança:

«Uma avó é uma mulher que não tem filhos, por isso gosta dos filhos dos outros. As avós não têm nada que fazer, é só estarem ali. Nunca dizem: despacha-te. Normalmente, são gordas, mas mesmo assim conseguem atar-nos os sapatos. Sabem sempre que a gente quer mais uma fatia de bolo ou uma fatia maior. Uma avó de verdade nunca bate numa criança: zanga-se mas a rir. As avós usam óculos e, às vezes, até conseguem tirar os dentes. Quando nos lêem histórias, nunca saltam bocados e não se importam de contar a mesma história várias vezes. As avós são as únicas pessoas grandes que têm sempre tempo. Não são tão fracas como elas dizem, apesar de morrerem mais vezes do que nós. Toda a gente deve fazer o possível por ter uma avó, sobretudo se não tiver televisão» («*Enfants Partout*», Meneres, 2003, p. 109).

Com os anos os avós também envelhecem, necessitando dos cuidados e dedicação dos filhos e netos, ou seja, das gerações mais jovens.

No que diz respeito à solidariedade familiar referente aos *cuidados aos idosos*, às gerações mais velhas, é em geral, atribuído por excelência às famílias, muito em particular às mulheres, a responsabilidade destes cuidados. Para além dos valores culturais e dos sentimentos de amor, afeição e dedicação, geralmente associados a estes cuidados, outras razões contextuais podem influenciar a prestação dos cuidados na família aos idosos, nomeadamente, a coabitação de longa data, a proximidade geográfica, a inexistência de estruturas de apoio e os custos financeiros elevados da institucionalização, por exemplo, dos lares. Por outro lado, factores como a distância geográfica, a exiguidade do espaço, o trabalho feminino e as novas configurações familiares podem dificultar a prestação de cuidados no domicílio (Attias-Donfut, 1995, Moreira, 2001).

Contrariamente à ideia generalizada da institucionalização precoce dos idosos, do abandono e negligência familiar, da diminuição da atenção aos pais e idosos, relativamente às gerações precedentes, alguns estudos evidenciam o contrário. Com efeito, o envelhecimento e o aumento da esperança de vida implicam uma maior dependência e que os filhos prestem cada vez mais cuidados aos seus familiares,

durante períodos mais longos do que as gerações precedentes, frequentemente com grandes custos pessoais e profissionais e com consequências para a saúde física e psíquica dos próprios cuidadores (Salvage, 1996, O'Shea, 2002).

Barber (1999) analisou um conjunto de investigações realizadas nos EUA nas três últimas décadas e concluiu o seguinte: os cuidados informais ministrados no seio das famílias constituem cerca de 80% dos cuidados ao idoso com incapacidade crónica; aproximadamente 30% das mulheres que prestam cuidados, em geral filhas, abandonam os seus empregos ou reduzem a actividade profissional para cuidar dos pais idosos; 25% das candidaturas a lar de idosos são justificadas pela morte do cuidador informal.

Estudos realizados na UE concluem que são sobretudo as mulheres, a filha, a nora ou a esposa do familiar idoso, que cuidam, representando aproximadamente 80% do total de prestadores de cuidados a familiares idosos (Salvage, 1996, O'Shea, 2002).

Também as investigações têm mostrado que proporcionar cuidados, por exemplo ao idoso, durante um longo período de tempo, pode ter consequências psicológicas e somáticas que afectam a saúde e bem-estar do cuidador, devido ao desgaste físico e emocional, alertando-se para a necessidade de apoiar as famílias e de promover estruturas de apoio adaptadas às diferentes situações (Ryff *et al*, 1995, Haley *et al*, 1996, O'Shea, 2002).

É importante realçar que os estudos mostram que os idosos demonstram uma preferência pelo apoio e cuidados prestados no seu próprio domicílio, representando a institucionalização/colocação em lar, muitas vezes, uma experiência dolorosa e traumatizante para o idoso e culpabilizante para a família (Le Bris, 1994, O'Shea, 2002). Verifica-se na Europa, em geral, uma desvalorização dos lares, mesmo quando estes asseguram qualidade, sendo a hipótese do recurso ao lar considerada apenas quando as outras soluções não resultaram (Le Bris, 1994).

Em relação aos cuidados aos idosos tal como às crianças e jovens, estudos norte-americanos e europeus salientam que, apesar da predominância feminina, os homens, pais ou filhos, participam cada vez mais nestes cuidados (Ramos, 1993, 2004).

Estudos testemunham da reciprocidade directa ou indirecta, imediata ou diferida no tempo das dádivas, das solidariedades e das obrigações através das gerações, sendo esta circulação da dádiva e da dívida fundamento dos laços sociais familiares, na perspectiva precursora de Mauss (1960). Assim, pessoas idosas que no passado tomaram conta das gerações anteriores recebem, mais vezes do que

os outros, cuidados dos seus filhos, como se o exemplo dos pais, servisse de modelo aos comportamentos futuros dos filhos em relação a si (Attias-Donfut, 1995). Estamos em presença de uma reciprocidade indirecta, onde damos a uns (aos pais) e onde recebemos dos outros (dos filhos), fazendo lembrar o ditado português: «filho és, pai serás, como fizeres, assim acharás».

Constata-se, assim que o suporte das solidariedades familiares é composto de afectos e trocas, de dádivas e reciprocidades, de normas e relações que se estabelecem ao longo do tempo, mais do que de normas externas e ideologias impostas, estando a dívida e a obrigação em relação aos ascendentes, em maior ou menor grau, presentes nos discursos e nas práticas (Singley, 1993, Lesemann et al, 1994, Kellerhals, 1994, Attias-Donfut, 1995, Salvage, 1996).

Nas famílias, produzem-se múltiplas formas e práticas de solidariedade intergeracional, tratando-se de uma solidariedade, dedicação e ajuda consideradas «naturais», que não se questionam. Podemos afirmar que o núcleo familiar é objecto do que Moscovici (2001, p. 77) denomina de «altruísmo participativo», ou seja, uma participação intensa à vida em comum, uma dedicação e vínculo a uma comunidade, a um grupo com o qual nos identificámos. O «altruísmo participativo» é um «altruísmo sem outro», onde o eu e o outro não estão verdadeiramente distintos. O outro constitui o nós que liga os membros da família, um «nós familiar» altruísta e solidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família constitui um todo social com características e necessidades próprias, inserida e influenciada por um sistema mais vasto de interacções sociais alargadas à comunidade e à sociedade e pelas redes sociais e informais. O apoio à criança e ao idoso passa, também, por apoiar a família como um sistema interactivo e a própria comunidade, necessitando as famílias, para cumprir os seus papéis, de recursos que lhe sejam proporcionados por uma comunidade responsável e solidária e por um Estado que promova políticas e práticas adequadas.

As solidariedades familiares intergeracionais não se explicam unicamente pelas relações, afectos, negociações e estratégias entre os membros da família, mas são, igualmente, originadas, consciente e inconscientemente, por um sentimento de obrigação e de dever influenciado pelos valores, normas e costumes da cultura e da sociedade em que vivem os indivíduos e as famílias.

Embora a família constitua um núcleo activo e multidimensional de solidariedades ela não pode substituir a falta de solidariedade social e as falhas do Estado, solidariedades e responsabilidades que a sociedade e o Estado deverão igualmente assumir.

São necessárias políticas sociais mais adaptadas às necessidades das famílias e das diferentes gerações, havendo necessidade de um maior equilíbrio e coordenação entre a prestação de cuidados informais e formais.

Educar para o respeito e solidariedade com as várias gerações, com os mais velhos e com os mais jovens, com os pais e com os filhos, é tarefa de todos e de todas as instâncias sociais. Porém, é sobretudo na família que estes valores poderão ser verdadeiramente ensinados e integrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMATO, P., Keith, B. (1991), Parental divorce well-being of children: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, (110), pp. 26-46.
- ATTIAS-DONFUT, C. (1995), *Les solidarités entre générations. Vieillesse, famille, Etat*. Paris: Nathan.
- ATTIAS-DONFUT, C., Lapierre, N. (1997), *La famille providence*. Paris: La Documentation Française.
- ATTIAS-DONFUT, C., Segalen, M. (1998). *Grands-parents. La famille à travers les générations*. Paris: Odile Jacob.
- ATTIAS-DONFUT, C., Segalen, M. (2001). *Le siècle des grands-parents: une génération phare, ici et ailleurs*. Paris: ed. Autrement.
- BENGTSON, V., Lowenstein, A., Putney, N., Gans, D. (2003). Global aging and challenges to families. In V. Bengtson, A. Lowenstein (eds) *Global aging and challenges to families*. New York: Walter de Gruyter.
- BLOCH, F., Buisson, M. (1998). *La garde des enfants: une histoire des femmes*. Paris: L'Harmattan.
- BOURGUIGNON, O., Rallu, J., Thery, I. (1985), *Du divorce et des enfants*. Paris: PUF.
- BRÉCHON, P. (2000) (Dir.). *Les valeurs des Français. Évolution de 1980 a 2000*. Paris: Armand Colin.
- CASTELLAN, Y. (1998). *Les grands-parents ces inconnus*. Paris: Bayard Éditions.
- FINCH, J. (1989). *Family obligations and social change*. Cambridge: Polity Press.
- HAGESTASD, G. (2002). Interdependent lives and relationships in changing times: a life course view of families and aging. In R. Settersten (ed). *Invitation to the life course: toward new understanding of later life*. Bayood Publishing Co.
- HALEY, W. et al. (1996), Appraisal, coping and social support as mediators of well-being in black and white family caregivers of patients with

- Alzheimer's disease. *Journal of consulting and clinical psychology*, 64, (1), pp.121-129.
- LE BRIS, H.(1994), *Responsabilidade familiar pelos dependentes idosos nos países da Comunidade Europeia*. Lisboa: Conselho Económico e Social.
- LANGOUET, G. (1998) (ed.), *L'état de l'enfance dans les nouvelles familles en France*. Paris: Hachette.
- LESEMANN, F., Martin, C. (1993), *Les personnes âgées. Dépendance, soins et solidarité familiales. Comparaisons Internationales*. Paris: La Documentation Française.
- LITWAK, E., Silverstein, M., Bengtson, V. (2003), Theories about families, organizations and social supports. V. Bengtson, A. Lowenstein (ed.) *Global aging and challenges to families*. New York: Walter de Gruyter.
- KELLERHALS, J. et al. (1994), *Les reseaux de solidarité dans la famille*. Lausanne: Ed. Réalités Sociales.
- KIVNICK, H. (1982). Grandparenthood: an overview of meaning and mental health. *Gerontologist*, 22, pp. 59-62.
- KORNHABER, A. (1996). *Contemporary grandparenting*. New York: Sage Publications.
- KOT, L., Shoemaker, H. (1999), Children of divorce: an investigation of the developmental effects from infancy to adulthood. *Journal of divorce and remarriage*, (31, 1-2), pp. 161-178.
- MARPSAT, M., Firdion, J., Meron, M. (2000), Le passé difficile des jeunes sans domicile. *Population et société*, (363), Paris: INED.
- MAUSS, M. (1960), *Essai sur le don*, Paris: PUF.
- MENÈRES, M.A. (2003), *Imaginação*. Porto: Asa Editores.
- MENAHÉM, G. (1994), *Problèmes de l'enfance, statut social et santé des adultes*, Paris: CREDES.
- MOREIRA, I. (2001). *O doente terminal em contexto familiar : uma análise da experiência de cuidar vivenciada pela família*. Coimbra: Ed. Sinais Vitais.
- MOSCOVICI, S. (2001). *Psychologie Sociale des relations à autrui*. Paris: Nathan.
- O'SHEA, E. (2002), *Améliorer la qualité de vie des personnes âgées en situation de dépendance (CDCS)*. Strasbourg: Editions du Conseil de l'Europe.
- PERISTA, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e o tempo dos homens. *Análise social*, XXXVII (163), pp. 447-474.
- RAMOS, N. (1990). Educação precoce e práticas de cuidados infantis em meio urbano. *Actas do Colóquio Viver na Cidade*. Lisboa: LNEC, pp. 315-323.
- RAMOS, N. (1993). *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Une étude ethnopsychologique*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Paris V: Université René Descartes, Sorbonne, 2 vol.
- RAMOS, N. (2002). Educação, saúde e culturas – Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (1, 2, 3, 36), pp. 463-487.
- RAMOS, N. (2004) *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Univ. Aberta.
- RAMOS, N. (2004). A família nos cuidados à criança e na socialização precoce em Portugal e no Brasil: uma abordagem intercultural comparativa. *Desafios da comparação. Família, mulher e género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta, pp.149-190.
- RAMOS, N. (2005), Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão – Do desenvolvimento à saúde e à educação. *Psychologica*, 38, pp. 241-263.
- ROBERTSON, J. (1995). Grandparenting in an era of rapid change. R. Blieszner, V. Hilkevitch (eds). *Handbook of aging and the family*. Westport: Greenwood Press.
- ROSENTHAL, J., Gladstone, J. (2000). *Être grand-parent au Canada*. Ontário: Institut Vanier de la Famille.
- RYFF, C., Seltzer, M. (1995). Family relations and individual development in adulthood and aging. R. Blieszner, V. Hilkevitch (eds). *Handbook of aging and the family*. Westport: Greenwood Press.
- SALVAGE, A. (1996), *Qui prendra soin d'eux? Perspectives d'avenir de l'aide familiale aux personnes âgées dans l'Union Européenne*. Strasbourg: Ed. du Conseil de l'Europe.
- SEGALEN, M. (1996). *Sociologie de la famille*. Paris: A. Colin.
- SINGLY, F. (1993). *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan.

FILMOGRAFIA

- RAMOS, N. (1993). *Bercements et berceuses en milieu portugais*. U-Matic, c., 30 mn.
- RAMOS, N. (1994). *Gestes de mères, gestes de pères*. Betacam SP, c., 35 mn.
- RAMOS, N. (1995). *Grands-parents et petits-enfants. Le renouveau du Printemps*. Betacam, SP, c., 45 mn.
- RAMOS, N. (1995). *Maternage Portugais*. Betacam SP, c., 35 mn.
- RAMOS, N. (2001). *Acalantos. Gestos e ritmos de embalar em Portugal e no Brasil*. Betacam SP, c., 34 mn.
- RAMOS, N. (2002). *Pais e Filhos. As teias que o amor tece*. Betacam SP, c., 33 mn.

CURRICULUM VITAE:

Natália Ramos, Psicóloga; Doutorada em Psicologia pela Universidade René Descartes, Paris V, Sorbonne; Professora da Universidade Aberta; Directora do Mestrado em Comunicação em Saúde; Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI.

CONTACTO:

Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e Políticas, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001, Lisboa. Telef.: 213916300; Fax: 213973229; E-mail: natalia@univ-ab.pt